



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

**Informação a integrar o**

**Relatório ao abrigo do artigo 9.º da Decisão SIEG e do ponto 62 do Enquadramento SIEG**

**3) Ligações aéreas ou marítimas com ilhas** [art. 2.º, n.º 1, alínea d) da Decisão 2012/21/UE, de 20 de dezembro]

Descrição clara e completa do modo como os respetivos serviços estão organizados no seu Estado-Membro	
Explicar que tipo de serviços no respetivo setor foram definidos como SIEG no seu Estado-Membro. Enumerar de forma tão clara quanto possível os <b>conteúdos dos serviços atribuídos como SIEG</b> .	<p>Foram definidos como SIEG os seguintes serviços:</p> <p>a) Serviço de transporte aéreo entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores, com o objetivo de assegurar aos utentes serviços mínimos. Foram fixadas, entre outras, imposições ao nível de frequências, capacidade, categorias das aeronaves utilizadas, tarifas, continuidade, pontualidade, horários, comercialização dos voos e serviços postais;</p> <p>b) Serviço público sazonal de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores, exceto o Corvo, de maio a setembro, com o objetivo de garantir a mobilidade entre todas as ilhas do arquipélago por via marítima durante o período de verão, e serviço regular de transporte de passageiros entre as ilhas das Flores e do Corvo, ambos assegurados pela empresa pública Atlânticoline, SA.</p> <p>c) Serviço público de transporte marítimo regular entre as ilhas do Triângulo (Faial, Pico e São Jorge), com o objetivo de garantir aos utentes serviços mínimos ao nível de frequências, capacidades, categorias das embarcações utilizadas, tarifas, continuidade e comercialização das viagens, o qual é assegurado pela empresa Transmaçor, Lda.</p>
Explicar das <b>formas</b> (habituais) <b>de atribuição</b> . Se forem utilizados modelos normalizados para as atribuições para um determinado setor, é favor anexá-los.	A responsabilidade pela gestão do serviço de interesse económico geral foi confiada às empresas do setor público empresarial da Região Autónoma dos Açores, conforme se enuncia:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

**TRANSPORTE AÉREO**

SATA AIR AÇORES, SA

A partir de 1 de abril de 2003, a Região Autónoma dos Açores decidiu impor obrigações de serviço público, ao serviço de transporte aéreo entre as ilhas do Arquipélago, com o objetivo de assegurar aos utentes, serviços mínimos.

Foram fixadas, entre outras, imposições ao nível de frequências, capacidade, categorias das aeronaves utilizadas, tarifas, continuidade, pontualidade, horários, comercialização dos voos e serviços postais. Estas obrigações de serviço público foram publicadas no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º 2002/C 115/02, a 16 de maio de 2002.

Posteriormente, ao abrigo do n.º 1, alínea a), da cláusula 4.ª do Regulamento (CEE) n.º 2408/92 do Conselho, de 23 de julho, a Região Autónoma dos Açores lançou um concurso público para adjudicação da exploração do serviço de transporte aéreo regular no interior da Região, o qual foi publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias 2002/C 298/10, de 30 de Novembro de 2002.

Nenhuma transportadora aérea comunitária apresentou um pedido de exploração dos serviços aéreos regulares no interior da Região Autónoma dos Açores, sem exigir compensações financeiras ou direitos exclusivos na rota, de acordo com as obrigações de serviço público impostas.

Findo o primeiro contrato, foi lançado um novo concurso, que foi objeto de publicação no Jornal Oficial da União Europeia n.º 2006/C 51/07, de 1 de março de 2006, e que se encontra atualmente em vigor. Apenas a SATA Air Açores, SA, se apresentou a concurso com uma proposta que cumpria com todas as obrigações de serviço público impostas, tendo-lhe sido atribuída a concessão dos serviços aéreos regulares no interior da Região Autónoma dos Açores mediante contrato, datado de 31 de maio de 2006, e celebrado na sequência da Resolução do Conselho de Governo n.º 18/2006, de 9 de fevereiro, por um período de três anos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

	<p>Em maio de 2009, na sequência da Resolução n.º 76/2009, de 8 de maio, foi lançado um novo concurso público, objeto de publicação no Jornal Oficial da União Europeia n.º 2009/C 111/04, de 15 de Maio de 2009, na sequência do qual, novamente, apenas a SATA Air Açores, SA. se apresentou a concurso, tendo-lhe sido atribuída a concessão dos serviços aéreos regulares no interior da Região Autónoma dos Açores, por um período de 5 anos, mediante a assinatura de um Contrato a 7 de setembro de 2009, que se encontra atualmente em vigor.</p> <p><b><u>TRANSPORTE MARÍTIMO</u></b></p> <p>ATLÂNTICOLINE, SA.</p> <p>A gestão dos serviços de interesse económico geral relativos à construção e exploração de navios de transporte de veículos e passageiros entre as ilhas do Arquipélago, bem como a prestação serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores, foi atribuída à Atlânticoline, SA. pela Resolução do Conselho do Governo n.º 152/2005, de 3 de novembro, posteriormente alterada pelas Resoluções n.º 39/2006, de 20 de abril, n.º 9/2007, de 25 de janeiro, n.º 114/2008, de 1 de agosto, n.º 13/2010, de 18 de janeiro, e nº 9/2014, de 20 de janeiro.</p> <p>Na sequência da Resolução 152/2005, foi celebrado, em 8 de novembro de 2005, entre a Região Autónoma dos Açores (RAA) e a Atlânticoline, SA, um contrato de gestão de serviços de interesse económico geral.</p> <p>TRANSMACOR, LDA.</p> <p>A partir de 1 de janeiro de 2010, a Região Autónoma dos Açores decidiu impor obrigações de serviço público ao serviço de transporte marítimo regular nas Ilhas do Grupo Central do Arquipélago (Faial, Pico e São Jorge, Terceira e Graciosa), com o objetivo de assegurar aos utentes serviços mínimos ao nível de frequências, capacidades, categorias das embarcações utilizadas, tarifas, continuidade e comercialização das viagens. O anúncio do concurso</p>
--	---



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

	<p>destas obrigações de serviço público foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º 2009/S 204-293924 de 22 de outubro. Apenas a Transmaçor, Lda., se apresentou a concurso, com uma proposta que cumpria com todas as obrigações de serviço público impostas, tendo-lhe sido atribuída a prestação deste serviço mediante contrato, datado de 31 de dezembro de 2009, por um período de 3 anos.</p> <p>Findo o primeiro contrato, foi lançado um novo concurso, objeto de publicação no Jornal Oficial da União Europeia n.º 2013/S 130-224735, de 6 de julho de 2013, na sequência do qual, novamente, apenas a Transmaçor, Lda., se apresentou a concurso, tendo-lhe sido atribuída a prestação de transporte marítimo de passageiros entre as ilhas do Faial, Pico e S. Jorge mediante contrato, datado de 17 de setembro de 2013, por um período de 9 meses, que se encontra atualmente em vigor.</p>
Explicar a <b>duração</b> (habitual) <b>da atribuição</b> e a variação das durações das atribuições. Indicar também a proporção de atribuições com uma duração superior a 10 anos.	<p>Os contratos celebrados têm habitualmente as seguintes durações:</p> <p>a) Serviço de transporte aéreo entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores: 3 a 5 anos;</p> <p>b) Serviço público sazonal de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores, exceto o Corvo, e serviço regular de transporte de passageiros entre as ilhas das Flores e do Corvo: 10 anos;</p> <p>c) Serviço público de transporte marítimo regular entre as ilhas do Triângulo (Faial, Pico e São Jorge): 3 anos</p>
Explicar se (habitualmente) são concedidos <b>direitos exclusivos ou especiais</b> às empresas.	Não são concedidos direitos exclusivos ou especiais às empresas.
Explicar o <b>mecanismo de compensação</b> (habitual) no que respeita aos respetivos serviços, incluindo o instrumento de auxílio (subvenção direta, garantia, etc.) utilizado, e se é utilizada a metodologia baseada na imputação de custos ou nos custos líquidos evitados.	<p>Todos os contratos celebrados com as empresas do setor público empresarial regional prestadoras de serviços públicos contêm cláusulas que visam impedir subvenções cruzadas, permitir uma afetação correta dos custos e evitar compensações excessivas.</p> <p>É utilizada a metodologia baseada na imputação de custos, sendo a compensação financeira calculada em função do défice de exploração determinado anualmente "ex-post" em função dos custos e proveitos devidamente justificados e efetivamente</p>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

	incorridos.
Explicar as <b>medidas</b> (habituais) <b>destinadas a evitar eventuais compensações excessivas e respetivas modalidades de reembolso.</b>	<p>A Região Autónoma dos Açores realiza e assegura que são realizados controlos regulares destinados a garantir que as empresas não recebem compensações superiores ao montante necessário para cobrir os custos ocasionados pelo cumprimento das obrigações de serviço público.</p> <p>A Região considera esta fiscalização perfeitamente adequada, enaltecendo a grande proximidade que tem com estas empresas do setor público empresarial regional por razões de tutela e superintendência e pelo facto de acompanhar muito proximamente o desenvolvimento da atividade das mesmas.</p> <p>SATA AIR AÇORES, SA.</p> <p>As regras para atribuição do montante da compensação financeira à SATA Air Açores encontram-se criteriosamente estipuladas no Contrato. Para certificação do valor a pagar a concessionária remete à Região um relatório anual de execução da concessão, com informação detalhada sobre os elementos estipulados, bem como os procedimentos e critérios contabilísticos utilizados.</p> <p>O pagamento pela concedente é efetuado após cada trimestre, sendo que o pagamento relativo ao último trimestre de cada ano só será disponibilizado após o apuramento do montante exato da compensação devida e corresponderá à diferença entre o referido montante e o somatório dos pagamentos já efetuados. Caso o saldo correspondente ao último trimestre de cada ano seja a favor da concedente, será objeto de compensação no trimestre imediatamente e seguir, salvo o último trimestre da concessão, que será objeto de reembolso.</p> <p>Neste Contrato é enquadrável, para efeito de reposição de equilíbrio financeiro da concessão, na medida do excesso dos prejuízos sofridos, a ocorrência de alteração anormal e imprevisível das condições em que se baseou a proposta de que resulte substancial aumento de encargos, designadamente as seguintes situações e apenas na medida do excesso dos prejuízos sofridos nas</p>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

**Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas**

	<p>percentagens superiores a 10% da variação do preço médio de combustível e da cotação média do dólar face ao euro relativamente ao ano da proposta e da variação superior à taxa de inflação do ano anterior das taxas aeronáuticas e aeroportuárias e dos prémios de seguros.</p> <p>ATLANTICOLINE, SA.</p> <p>No caso do Contrato de Gestão de Serviços de Interesse Económico Geral celebrado com a Atlanticoline, SA, encontra-se expressamente definido que esta empresa se obriga a apresentar contas de exploração separadas por atividades, de forma a evitar que os subsídios pagos possam vir a ser utilizados no financiamento de uma atividade que se considera exercida em condições normais de mercado.</p> <p>De igual modo, o Contrato estipula que os critérios que determinam as transferências a efetuar pelo Orçamento Regional para a Atlanticoline, SA, devem estar definidos de forma clara e transparente, devendo basear-se nos custos ocasionados pelo cumprimento das obrigações de serviço público e que o nível de compensação deve ser fixado com base numa análise dos custos que uma empresa adequadamente gerida e equipada em meios de transporte teria de suportar para cumprir as exigências de serviço público, tendo em conta as respetivas receitas, assim como um lucro razoável pela execução destas obrigações.</p> <p>TRANSMACOR, LDA.</p> <p>As regras para atribuição do montante da compensação financeira à Transmaçor, Lda., encontram-se criteriosamente estipuladas no Contrato. Para certificação do valor a pagar a adjudicatária remete à Região um relatório anual de execução do contrato, com informação detalhada sobre os elementos estipulados, bem como os procedimentos e critérios contabilísticos utilizados. O pagamento pela entidade adjudicante é efetuado após cada trimestre, sendo que o pagamento relativo ao último trimestre de cada ano só é disponibilizado após o apuramento do montante exato da compensação devida e</p>
--	--



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

	<p>corresponde à diferença entre o referido montante e o somatório dos pagamentos já efetuados. Caso o saldo correspondente ao último trimestre de cada ano seja a favor da entidade adjudicante, será objeto de compensação no trimestre imediatamente a seguir, salvo o último trimestre da prestação do serviço, que será objeto de reembolso. Neste Contrato é enquadrável para efeito de reposição de equilíbrio financeiro da prestação de serviços, na medida do excesso dos prejuízos sofridos, a ocorrência de alteração anormal e imprevisível das condições em que se baseou o contrato de que resulte substancial aumento de custos, designadamente as seguintes situações e apenas na medida do excesso dos prejuízos sofridos nas percentagens superiores a 10% da variação do preço médio de combustível e da cotação média do dólar face ao euro relativamente ao ano da celebração do contrato e da variação superior à taxa de inflação do ano anterior das taxas portuárias e dos prémios de seguros.</p>
<b>Montante do auxílio concedido</b>	
<b>Montante total do auxílio concedido.</b> <u>Inclui todos os auxílios pagos no seu território, nomeadamente o auxílio pago pelas autoridades regionais e locais.</u>	<p>As transferências financeiras para as empresas do setor público empresarial regional durante os anos de 2012 e 2013 foram as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Transporte Aéreo de Passageiros interilhas: 19.131.750,84€<ul style="list-style-type: none"><li>. SATA Air Açores, SA:<ul style="list-style-type: none"><li>2012: 5.733.965,50€</li><li>2013: 13.397.785,34€</li></ul></li></ul></li><li>- Transporte Marítimo de Passageiros interilhas: 14.776.632,64€<ul style="list-style-type: none"><li>. Atlânticoline, SA:<ul style="list-style-type: none"><li>2012: 6.933.720,00€</li><li>2013: 7.567.023,00€</li></ul></li><li>. Transmaçor, Lda:<ul style="list-style-type: none"><li>2012: 0,00€</li><li>2013: 275.889,64€</li></ul></li></ul></li></ul>
<b>Outras informações quantitativas</b>	<p>No anexo I ao presente documento consta a informação relativa aos beneficiários dos serviços de interesse económico geral nos setores dos transportes aéreos e marítimos.</p> <p>A Atlânticoline, SA, e a Transmaçor, Lda., são</p>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

	pequenas e médias empresas com um efetivo de 18 e 48 trabalhadores, respetivamente.
--	---

**4) Aeroportos e portos** [art. 2.º, n.º 1, alínea e) da Decisão 2012/21/EU, de 20 de dezembro]

Descrição clara e completa do modo como os respetivos serviços estão organizados no seu Estado-Membro	
Explicar que tipo de serviços no respetivo setor foram definidos como SIEG no seu Estado-Membro. Enumerar de forma tão clara quanto possível os <b>conteúdos dos serviços atribuídos como SIEG</b> .	Foram definidos como SIEG os seguintes serviços:  a) Serviços aeroportuários de apoio à aviação civil nos aeródromos regionais;  b) Requalificação, modernização e construção de infraestruturas portuárias.
Explicar das <b>formas</b> (habituais) <b>de atribuição</b> . Se forem utilizados modelos normalizados para as atribuições para um determinado setor, é favor anexá-los.	<p>A responsabilidade pela gestão do serviço de interesse económico geral foi confiada às empresas do setor público empresarial da Região Autónoma dos Açores, conforme abaixo se enuncia.</p> <p><b><u>AEROPORTOS</u></b></p> <p>SATA GESTÃO DE AERÓDROMOS, SA.</p> <p>A concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos Aeródromos do Corvo, Graciosa, Pico, São Jorge e Aerogare das Flores foi atribuída à SATA – Gestão de Aeródromos, SA, mediante Contrato datado de 1 de Julho de 2005 e celebrado na sequência da Resolução do Conselho de Governo n.º 102/2005, de 16 de Junho, por um período de dez anos.</p> <p><b><u>PORTOS</u></b></p> <p>PORTOS DOS AÇORES, SA.</p> <p>Pelo Decreto Legislativo Regional n.º 30/2003/A, de 27 de junho, foram criadas as 3 administrações portuárias regionais (APSM - Administração dos Portos das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria, S.A; APTO - Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, S.A; e APTG - Administração dos</p>





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

	<p>Portos da Terceira e Graciosa, S.A), as quais, pelo Decreto Legislativo Regional nº 24/2011/A, de 22 de agosto, foram incorporadas, por um processo de fusão, na empresa Portos dos Açores, SA.</p> <p>A Portos dos Açores, SA, é uma sociedade de capitais exclusivamente públicos que têm como missão a administração dos portos da Região Autónoma dos Açores, visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária.</p> <p>Entre 2004 e 2011 foram celebrados, entre a Região Autónoma dos Açores (RAA) e as Administrações Portuárias Regionais, atual Portos dos Açores, SA, contratos com vista à realização de diversas obras de construção, modernização, ampliação e requalificação das infraestruturas portuárias regionais, ao abrigo de Resoluções do Conselho de Governo.</p> <p>Em 2012 e 2013 não foram celebrados quaisquer contratos entre a RAA e a Portos dos Açores, SA.</p>
Explicar a <b>duração</b> (habitual) <b>da atribuição</b> e a variação das durações das atribuições. Indicar também a proporção de atribuições com uma duração superior a 10 anos.	<p>Os contratos celebrados têm habitualmente as seguintes durações:</p> <p>a) Serviços aeroportuários de apoio à aviação civil nos aeródromos regionais: 10 anos;</p> <p>b) Requalificação, modernização e construção de infraestruturas portuárias: 1 a 4 anos.</p>
Explicar se (habitualmente) são concedidos <b>direitos exclusivos ou especiais</b> às empresas.	Não são concedidos direitos exclusivos ou especiais às empresas.
Explicar o <b>mecanismo de compensação</b> (habitual) no que respeita aos respetivos serviços, incluindo o instrumento de auxílio (subvenção direta, garantia, etc.) utilizado, e se é utilizada a metodologia baseada na imputação de custos ou nos custos líquidos evitados.	<p>Todos os contratos celebrados com as empresas do setor público empresarial regional prestadoras de serviços públicos contêm cláusulas que visam impedir subvenções cruzadas, permitir uma afetação correta dos custos e evitar compensações excessivas.</p> <p>Para que o montante da compensação não ultrapasse o necessário para cobrir os custos ocasionados pelo cumprimento das obrigações, nos contratos celebrados com as Administrações Portuárias Regionais, atual Portos dos Açores, SA são estipuladas cláusulas que determinam as verbas globais atribuídas e a condição do montante da comparticipação financeira a atribuir ser</p>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

	<p>proporcionalmente reduzido, caso a empresa beneficie de apoio suplementar de outras formas de financiamento.</p> <p>No caso da SATA Gestão de Aeródromos, SA, foram definidos os encargos e investimentos da responsabilidade da concedente e estipulado que a concessionária deverá apresentar, anualmente, um plano de exploração para o ano seguinte indicando os equipamentos, obras de conservação/manutenção ou ampliação a realizar nos aeródromos necessárias ao seu normal funcionamento e desenvolvimento, bem como a sua calendarização e respetivos custos, o qual é previamente aprovado pela concessionária.</p>
<p>Explicar as <b>medidas</b> (habituais) <b>destinadas a evitar eventuais compensações excessivas e respetivas modalidades de reembolso.</b></p>	<p>A Região Autónoma dos Açores realiza e assegura que são realizados controlos regulares destinados a garantir que as empresas não recebem compensações superiores ao montante necessário para cobrir os custos ocasionados pelo cumprimento das obrigações de serviço público.</p> <p>A Região considera esta fiscalização perfeitamente adequada, enaltecendo a grande proximidade que tem com estas empresas do setor público empresarial regional por razões de tutela e superintendência e pelo facto de acompanhar muito proximamente o desenvolvimento da atividade das mesmas.</p> <p>SATA – GESTÃO DE AERÓDROMOS, SA.</p> <p>A SATA – Gestão de Aeródromos, SA enquanto concessionária do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos aeródromos regionais tem a obrigação de apresentar, para aprovação da concedente, um plano de exploração para o ano seguinte, até ao final do mês de Julho do ano anterior, indicando os equipamentos, as obras de conservação/manutenção/ampliação que pretende efetuar nos aeródromos concessionados, necessários ao seu normal desenvolvimento, bem como a sua calendarização e respetivos custos. Como contrapartida da prestação de serviços, a concessionária tem direito a receber as compensações financeiras estipuladas no Contrato.</p> <p>Neste mesmo Contrato encontra-se estipulado que a SATA – Gestão de Aeródromos, SA assume os riscos da concessão, podendo, no entanto, haver</p>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

	<p>lugar à reposição do equilíbrio financeiro, em casos de força maior por eventos imprevisíveis e irresistíveis exteriores à concessionária e que tenham um impacto direto negativo sobre a concessão ou em casos de alteração anormal e imprevisível das condições em que se baseou a proposta, de que resulte substancial aumento de encargos. A reposição do equilíbrio financeiro da concessão será operada mediante a atribuição de uma compensação direta à concessionária pela concedente, devendo a concessionária notificar a concedente da ocorrência de qualquer evento que possa dar lugar à reposição do equilíbrio financeiro da concessão, no prazo máximo de dez dias seguintes à sua ocorrência.</p> <p>Das obrigações contratuais da SATA – Gestão de Aeródromos, SA, constam as de fornecer à concedente todos os elementos relativos à concessão que esta entenda dever solicitar-lhe e permitir o livre acesso das entidades fiscalizadoras, desde que devidamente identificadas a quaisquer instalações e equipamentos, dentro das áreas concessionadas.</p> <p>PORTOS DOS AÇORES, SA.</p> <p>O controlo da aplicação das verbas disponibilizadas no âmbito dos contratos celebrados com a Portos dos Açores, SA e a sua adequação aos fins propostos exerce-se, nomeadamente através da obrigação desta entidade de prestar a informação e os esclarecimentos que lhes sejam solicitados pela Região, com a periodicidade que esta entender conveniente, assim como de se submeter às avaliações e/ou auditorias realizadas pela Região ou por quem ela designar para o efeito.</p> <p>A Portos dos Açores, SA, obriga-se, ainda, a elaborar e a enviar à Região relatórios intercalares anuais, bem como relatórios finais sobre a execução dos contratos e a incluir no seu plano anual de atividades uma referência expressa ao estado de execução dos contratos celebrados.</p>
<b>Montante do auxílio concedido</b>	
<b>Montante total do auxílio concedido. <u>Inclui</u></b>	As transferências financeiras para as empresas do



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

<u>todos os auxílios pagos no seu território, nomeadamente o auxílio pago pelas autoridades regionais e locais.</u>	setor público empresarial regional durante os anos de 2012 e 2013 foram as seguintes:  - Aeroportos: 3.608.194,47€ SATA Gestão de Aeródromos, SA 2012: 589.037,77€ 2013: 2.837.541,66€  - Portos: 0,00€
<b>Outras informações quantitativas</b>	Os beneficiários dos serviços de interesse económico geral nos aeroportos e portos são os cidadãos, cujo movimento nos aeroportos e portos consta do anexo I, bem como todo o tecido empresarial regional.  A Portos dos Açores, SA, é uma pequena e média empresa com um efetivo de 280 trabalhadores.  A SATA Gestão de Aeródromos, SA é uma pequena empresa com um efetivo médio de 14 trabalhadores.

**5) Outras compensações SIEG**

**TEATRO MICAELENSE - CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS, SA**

<b>Descrição clara e completa do modo como os respetivos serviços estão organizados no seu Estado-Membro</b>	
Explicar que tipo de serviços no respetivo setor foram definidos como SIEG no seu Estado-Membro. Enumerar de forma tão clara quanto possível os <b>conteúdos dos serviços atribuídos como SIEG</b> .	A 14 de junho de 2013 foi celebrado entre a Região Autónoma dos Açores e a TEATRO MICAELENSE - CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS, SA, um contrato-programa tendo por objeto regular os termos em que se desenvolve a colaboração entre a Região e a sociedade, com vista à concretização do plano anual de ações para o desenvolvimento da oferta cultural, da sua diversificação e promoção da Região.
Explicar das <b>formas</b> (habituais) <b>de atribuição</b> . Se forem utilizados modelos normalizados para as atribuições para um determinado setor, é favor anexá-los.	
Explicar a <b>duração</b> (habitual) <b>da atribuição</b> e a variação das durações das atribuições. Indicar também a proporção de atribuições com uma duração superior a 10 anos.	Anualmente a Região fixa, por despacho conjunto dos membros do Governo com competências nas áreas das finanças e da cultura, o montante das verbas a transferir para a concessionária.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

	A partir de 2013 o montante das verbas a transferir para a Teatro Micaelense SA passou a estar previsto no contrato-programa anual.
Explicar se (habitualmente) são concedidos <b>direitos exclusivos ou especiais</b> às empresas.	Não são concedidos direitos exclusivos ou especiais.
Explicar o <b>mecanismo de compensação</b> (habitual) no que respeita aos respetivos serviços, incluindo o instrumento de auxílio (subvenção direta, garantia, etc.) utilizado, e se é utilizada a metodologia baseada na imputação de custos ou nos custos líquidos evitados.	A compensação financeira é efetuada através de Contrato-Programa, através da imputação de custos.
Explicar as <b>medidas</b> (habituais) <b>destinadas a evitar eventuais compensações excessivas e respetivas modalidades de reembolso.</b>	Das obrigações contratuais da TEATRO MICAELENSE - CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS, SA, resultam deveres especiais de informação, nomeadamente elaborar e enviar à Região relatórios semestrais e um relatório final sobre a execução do contrato
<b>Montante do auxílio concedido</b>	
<b>Montante total do auxílio concedido.</b> <u>Inclui todos os auxílios pagos no seu território, nomeadamente o auxílio pago pelas autoridades regionais e locais.</u>	2011: 800.000€; 2012: 721.000€; 2013: 600.000€



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

**ANEXO I**

**PASSAGEIROS DESEMBARCADOS NOS AEROPORTOS DOS AÇORES**

<b>Ano</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
S. MARIA	29.429	30.971	30.515
S. MIGUEL	448.784	434.411	442.442
TERCEIRA	217.748	203.738	200.304
GRACIOSA	20.425	18.604	17.451
S. JORGE	25.521	23.991	24.070
PICO	32.278	33.369	33.723
FAIAL	91.076	85.212	84.206
FLORES	21.988	20.977	20.808
CORVO	2.219	2.263	2.307
<b>AÇORES</b>	<b>889.468</b>	<b>853.536</b>	<b>855.826</b>

Fonte: SREA

**PASSAGEIROS DESEMBARCADOS NOS PORTOS DOS AÇORES**

<b>Ano</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
S. MARIA	10.947	9.105	8.786
S. MIGUEL	22.565	19.147	18.029
TERCEIRA	22.554	20.231	18.559
GRACIOSA	6.273	5.122	4.483
S. JORGE	31.969	32.476	32.946
PICO	198.444	189.081	193.719
FAIAL	188.924	179.108	182.779
FLORES	2.447	2.315	2.449
CORVO	2.026	1.892	1.684
<b>AÇORES</b>	<b>486.149</b>	<b>458.477</b>	<b>463.434</b>

Fonte: SREA

Fonte: SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores